

# COMPRASNET

## Pregão Eletrônico



**Impugnação 13/05/2019 13:26:57**

PROCESSO nº 23005.002970/2018-32 DECISÃO DO PREGOEIRO Vistos e examinados. Trata-se de impugnação tempestiva movida pela empresa RONDAI SEGURANÇA LTDA inscrita no CNPJ 10.398.803/0001-08, em face do edital do Pregão Eletrônico nº 09/2019, cujo objeto gira em torno da CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE VIGILÂNCIA PATRIMONIAL COM MÃO DE OBRA EM REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA. 1 - DOS FATOS Versam o presente termo de RECURSO de impugnação ao Edital do Pregão Eletrônico nº 09/2019, no qual a empresa alega basicamente o que relatamos a seguir: "I – DO CABIMENTO Conforme artigo 109, alínea "c" da Lei 8.666/93, cabe recurso no caso de anulação ou revogação da licitação. No presente caso, trata-se de pedido de anulação indeferido pela Recorrida, fazendo-se necessário o uso deste instrumento pertinente por parte da Recorrente. II – DA TEMPESTIVIDADE Houve notificação da resposta da Impugnação deste edital, no dia 26 de Abril de 2019, com início do prazo aos 29 dias do mês de Abril, sendo, pois, o prazo de 05 (cinco) dias úteis para a interposição do presente recurso, este encerrando-se no dia 06 de maio de 2019, portanto, tempestivo. III – DO TEOR TÉCNICO DA IMPUGNAÇÃO Apesar do teor de pessoalização externado na decisão que julgou improcedente a Impugnação do Edital Pregão Presencial Nº 09/2019, visto que o Ilustre Pregoeiro contextualizou de forma equivocada os pedidos formalizados na Impugnação, a intenção deste Recorrente é chamar a atenção para o melhor caminho a ser percorrido por esta Administração, no tocante à inviabilidade deste processo licitatório e ao interesse público de maneira geral. Deste modo, em momento algum a Recorrente, através de seu corpo jurídico, teve a intenção de ensinar a Administração Pública em como ou a tempo agir na contratação de seus próprios serviços, conforme alegação do Ilustre Pregoeiro em sua resposta à Impugnação. Apesar do notório conhecimento do corpo jurídico deste Recorrente, formado por profissionais com vasta experiência na docência nas áreas do Direito Público e Administrativo, estes limitaram-se apenas em demonstrar uma saída mais benéfica para sanar as necessidades desta Administração. Não obstante, embora coeso afirmar que cabe somente à Administração a prática de seus próprios atos administrativos, com liberdade de escolha, segundo os critérios de conveniência e oportunidade, o próprio Poder Discricionário não é absoluto, uma vez que o Administrador, no uso de suas atribuições, deve sempre observar os limites legais para praticar qualquer ato, primando sempre pela busca da consagração do interesse público. Deste modo, a análise de mérito necessária na peça impugnatória, em que pese qualquer subjetividade apontada pelo Ilustre Pregoeiro, apenas deve ser analisada os quesitos técnicos elencados por esta Recorrente. IV – DA POSSIBILIDADE AJUSTE CONTRATUAL – CONSAGRAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO Conforme já é de conhecimento desta Ilustre Comissão Permanente de Licitações, a empresa Recorrente possui contrato vigente na prestação dos mesmos serviços que hoje figuram como objeto do certame Pregão Presencial 09/2019, qual seja, Contratação de empresa para prestação de serviços continuados de vigilância patrimonial com mão de obra em regime de dedicação exclusiva. Conforme já se asseverou nas razões da impugnação realizada, o custo por posto de trabalho, analisado através de um comparado de planilhas entre o contrato vigente e a levada a efeito no edital da presente licitação, resulta numa diferença que favorece a vigência do atual contrato. Desse modo, é de se observar que o valor global do contrato vigente somente será maior do valor global a que se pretende levar a efeito com a nova licitação, se não houver ajustes quanto ao número dos postos de trabalho. Contudo, destacamos que havendo a redução nos postos de trabalho, nos moldes pretendidos pela Administração Pública, ainda que supere os percentuais de supressão dos valores previstos na Lei Federal n. 8.666/93, não somente resultará em mais vantajoso para o ente licitante, como também atenderá o interesse público, sendo este o objetivo maior para motivar o ato administrativo. Nesse sentido, a fim de se adequar ao que for mais vantajoso à Administração, mesmo que haja redução do número de postos de trabalho, e por consequência, do valor contratual vigente, a empresa recorrente declara categoricamente que possui interesse em realizar o ajuste. Assim, a recorrente está disposta a reduzir os postos de trabalho ao número pretendido pela Administração Pública, e além disso, realizar todos os ajustes necessários para o cumprimento e mantimento de suas obrigações contratuais, baseando-se no que é dispositivo no Art. 65, 2º, II da Lei 8.666.93, fazendo jus às alterações contratuais solicitadas pela Administração no presente PP 09/2019. Deste modo, evidente que a situação mais vantajosa para a Administração Pública é a manutenção do atual contrato, devidamente ajustado aos novos termos de redução, contrariando assim a manifestação do Ilustre Pregoeiro, visto que faltara base a motivação para sustentar a afinação de que o interesse público foi devidamente observado para que se realizasse a nova licitação. Ora! não é conveniente e nem oportuno para a Administração Pública a realização de uma nova licitação, já que o objeto a ser licitado já é executado através do atual contrato, sem qualquer comprometimento da qualidade na prestação de serviços em vigência, sendo que um simples ajuste entre as partes seria possível, atendendo o interesse público() e consagrado proposta mais vantajosa. Assim, destacamos mais uma vez a possibilidade de ajuste contratual para supressão de parte de seu objeto, decorrente do interesse público, ainda que excedendo a margem percentuais previstas no §1º do artigo 65 da Lei Federal n. 8.666/93, senão vejamos o inciso II do §2º do mesmo dispositivo: Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos: § 2º Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no paragrafo anterior, salvo: I II - as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes. (Incluído pela Lei nº 9.648, de 1998) Imperioso destacar, mais uma vez, que havendo um contrato vigente entre as partes, a Administração, ao realizar a abertura de um processo licitatório, não buscou a proposta mais vantajosa para atender o interesse pública. Ab origine, portanto, é de notória vantagem ao ente pública, a oportunidade de que o referido objeto licitado tenha apenas ajuste de seus termos no contrato já vigente com a Recorrente, inclusive pelo fato de que a empresa, repito, esta disposta a realizar os ajustes que favoreçam, de forma mais vantajosa, o que se espera a Administração alcançar no presente certame. V-DA EQUIVOCADA ALEGAÇÃO DE QUE O CONTRATO VIGENTE NÃO SERIA O MAIS VANTAJOSO A ADMINISTRAÇÃO Conforme depreende-se da resposta a Impugnação encaminhada por esta Ilustre Comissão de Licitações, imaginando-se um período de 12 (doze) meses de contrato (ainda vigente entre as partes) o montante anual para os serviços necessários estaria superior ao valor anual estimado pela UFGD no edital da presente licitação. Não obstante, cumpre consignar que os valores fixados nas planilhas em anexo a Impugnação estão de acordo com a quantia atual de postos, o que sem muito esforço podemos concluir que havendo um maior número de postos de trabalho, e consequentemente maior número de vigilantes, maior também seria o valor anual de contrato em relação ao estimado no edital do Pregão 09/2019. Portanto, reduzindo-se a quantia de postos conforme a Recorrente já alegou estar de acordo em repactuar, automaticamente os valores relacionados nas planilhas supracitadas também diminuiriam consideravelmente, não restando dúvidas de que um novo processo licitatório é economicamente prejudicial a Administração. Neste sentido, o valor global do contrato atualmente redonda em R\$4.144.379,04 (Quatro Milhões e Cento e Quarenta e Quatro Mil e Trezentos e Setenta e Nove Reais e Quatro Centavos), sendo que o valor médio estimado no presente certamente resulta em R\$3.994.537,53 (Três Milhares e Novecentos e Noventa e Quatro Mil e Quinhentos e Trinta Sete Reais e Cinquenta e Três Centavos), resultando numa

diferença a maior para o atual contrato de R\$149.841,51 (Cento e Quarenta e Nove Mil e Oitocentos e Quarenta e Um Reais e Cinquenta e Um Centavos). Entretanto, quando realizamos uma redução em 06(seis) postos de trabalho do atual contrato, vigente junto a empresa recorrente, o valor do contrato reduz para um valor estimado de R\$3.959.677,84 (Três Milhares e Novecentos e Cinquenta e Nove Mil e Seiscentos e Setenta e Sete Reais e Oitenta e Quatro Centavos), portanto, estabelece uma diferença a menor do valor médio estimado para o certame que se pretende realizar, na ordem de R\$34.859,69 (Trinta e Quatro Mil e Oitocentos e Cinquenta e Nove Reais e Sessenta e Nove Centavos). Assim, resta evidente que atendera melhor o interesse público, a manutenção do contrato vigente, visto que mais vantajosa, conforme demonstrado acima. Por fim, não há de se falar em correta motivação do ato administrativo, muitos menos, de que este atende os princípios da conveniência e oportunidade, pois, restou cristalino o equívoco de se realizar nova licitação, visto o interesse latente da empresa em adequar seu contrato a necessidade da atual gestão em reduzir 06 (seis) postos de trabalho. VI – DAS MEDIDAS DE CONTROLE Não obstante a possibilidade de ajustes dos atos administrativos, e no caso em tela, das necessárias revisões para anular o presente certame, visto que padece de vício insanável decorrente da ausência de motivação e desatendimento dos critérios de conveniência e oportunidade, necessário fazermos uma observação. Sem embargos das medidas judiciais, que por certo resultarão em caso de improvimento do presente recurso, devemos asseverar que, não apenas o ente público, mas os agentes responsáveis pelo certame, também, estarão sujeitos ao controle externo, visto a demonstração da flagrante irregularidade do certame. Neste sentido, observamos o que determina o artigo 113 da Lei n. 8666/93, em especial quanto a obrigação do pregoeiro em observar e aplicar corretamente a lei. Vejamos: Art. 113. O controle das despesas decorrentes dos contratos e demais instrumentos regidos por esta Lei será feito pelo Tribunal de Contas competente, na forma da legislação pertinente, ficando os órgãos interessados da Administração responsáveis pela demonstração da legalidade e regularidade da despesa e execução, nos termos da Constituição e sem prejuízo do sistema de controle interno nela previsto. § 1º Qualquer licitante, contratado ou pessoa física ou jurídica poderá representar ao Tribunal de Contas ou aos órgãos integrantes do sistema de controle interno contra irregularidades na aplicação desta Lei, para os fins do disposto neste artigo. Neste sentido, caso subsista o interesse no prosseguimento da licitação, os órgãos de controle também serão cientificados dos fatos para as medidas cabíveis. DO PEDIDO Diante disso e tendo em vista as fortes razões expostas, insurge-se, almejando a revisão do posicionamento e reiterando os pedidos realizados na Impugnação, especialmente para: a) A anulação de referido certame por vício insanável, dadas as circunstâncias de infringência aos princípios basilares da Administração Pública, em especial da motivação, conveniência e oportunidade. b) Caso o pedido de anulação não seja acatado, cumpre consignar que as medidas judiciais cabíveis serão tomadas, inclusive perante o Ministério Público e TCU.”

**Fechar**